



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

***Endowments* - Como torná-los mais confiáveis, eficientes e difundidos
entre instituições acadêmicas, públicas e privadas, no Brasil?**

Thiago Cruz Porto Barreto

Matrícula: 1911861

Professor Orientador: Winston Fritsch

Rio de Janeiro

Junho de 2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

***Endowments* - Como torná-los mais confiáveis, eficientes e difundidos
entre instituições acadêmicas, públicas e privadas, no Brasil?**

Thiago Cruz Porto Barreto

Matrícula: 1911861

Professor Orientador: Winston Fritsch

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

Rio de Janeiro

Junho de 2022

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a minha mãe, Ana Paula, por estar sempre presente na minha trajetória e por me inspirar com sua força, dedicação, leveza e sensibilidade na minha criação e da minha irmã. Agradeço aos meus irmãos, Luisa e Antonio, pelas alegrias, parceria e cuidado que reforçam em mim. Ao meu pai, Ricardo, pela determinação e sede de conhecimento que sempre vi como referência. Aos meus avós por todo carinho e suporte de sempre. Aos meus padrinhos, tios, primos e toda a minha família, por sempre representarem uma base de apoio, amor, alegrias, inspiração, carinho, conhecimento, força e união em toda a minha formação.

Agradeço aos meus amigos pelas alegrias, companheirismo, apoio, força e aprendizados que compartilhamos em nossos caminhos.

Agradeço ao Professor Winston Fritsch pela disponibilidade em me orientar, aceitando o desafio do tema escolhido, ainda com poucos especialistas e material no país.

Agradeço a minha escola da vida inteira, o CEI (Centro Educacional Espaço Integrado), pelo seu papel na minha formação como cidadão, e pelos estímulos ao olhar técnico e humano, sempre destacando a busca por qualificação e a visão dos impactos que nossas ações geram na sociedade.

Agradeço à PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), à UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a toda sua equipe de professores e funcionários pelas experiências e aprendizados que me proporcionaram. O que vivi em ambos os ambientes me deu as ferramentas e grande parte da inspiração para a elaboração desse estudo.

Por fim, obrigado a todas essas pessoas e instituições que participaram e participam da minha formação e “construção”, e que venham os próximos passos dessa caminhada.

SUMÁRIO

Resumo/Abstract.....	7
1. Introdução.....	9
2. O que são <i>endowments</i> ?.....	11
3. Legislação.....	13
a. Partes Ativas.....	13
b. Conselho Administrativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos...14	
c. Receita e Modalidades de Doação.....	16
d. Gestão de Ativos.....	17
4. Pilares.....	19
a. Governança/Transparência.....	19
b. Identificação.....	19
c. Apoio Interno.....	20
5. Desafios.....	22
a. Doação.....	22
i. Propósito.....	22
ii. Comunicação.....	22
iii. Cultura.....	23
iv. Estímulos Internos.....	24
v. Comparações.....	25
b. Burocracia.....	29
c. Apoio Interno.....	30
i. Autonomia.....	30
ii. Influência Privada.....	31
iii. Disposição de Verbas.....	31
6. Conclusão.....	33
7. Referências Bibliográficas.....	34

LISTA DE IMAGENS

Figura I – Maiores fundos patrimoniais de universidades em 2019.....29

RESUMO

A tese estuda fundos patrimoniais *endowments* e sua viabilidade, como meio de captação de recursos, para universidades públicas e privadas brasileiras. Ao longo do trabalho, serão articuladas análises sobre sua estrutura no Brasil, a partir de comparações com instituições no exterior, pesquisas, relatos de profissionais do setor em entrevistas, leis, entre outros. O objetivo do estudo é analisar a eficiência do cenário atual no país, e do que está sendo “construído”, para o crescimento e difusão do uso de *endowments* como fontes de recursos para suas instituições de ensino superior. O desenvolvimento da pesquisa é objetivo para que seja acessível e prático para a difusão dessa prática no Brasil, que, atualmente, dispõe de pouco material de estudos sobre o assunto.

Palavras-chave: Doação; *Endowments*; Ensino Superior; Fundo de Investimentos; Fundo Patrimonial; Pesquisa; Recursos; Universidade.

ABSTRACT

This thesis studies endowments and their viability as an alternative to raise funds for public and private Brazilian universities. Throughout this work, analyzes of its structure in Brazil will be articulated, based on comparisons with institutions abroad, research, reports from professionals of the sector through interviews, the law, among others. This study aims to overview the efficiency of the current scenario in the country, and of what is being "built", for the growth and diffusion of endowments as strong alternative resources for its higher education institutions. The research's development is focused, aiming to be accessible and practical for the dissemination of these funds in Brazil, which currently has scarce research material on the subject.

Keywords: Donation; *Endowments*; Higher Education; Investment Funds; Research; Resources; University.

1. INTRODUÇÃO

A origem do estudo está nos inúmeros indícios, percebidos durante a trajetória escolar e acadêmica, sobre a escassez de recursos no ensino superior brasileiro. Greves de professores, alas de universidades fechadas por falta de manutenção, obras inacabadas, equipes de pesquisa com dificuldades para financiar a participação em competições nacionais e internacionais, número reduzido de bolsas de estudo em faculdades particulares, restrição de recursos para pesquisa, entre outros.

Para a conclusão de curso, articularei meus estudos sobre *endowments*, como veículos de investimento alternativos para complementar a verba de instituições acadêmicas no país. Apesar de algumas instituições brasileiras já utilizarem esses veículos de captação e investimento, sua cultura é pouco difundida nacionalmente. Atualmente, nos fundos brasileiros ativos, os patrimônios sob gestão são pouco expressivos (principalmente se comparados a instituições no exterior), não permitindo, até o momento, a reposição de parte significativa das despesas das faculdades apoiadas através dos rendimentos dos fundos.

A escassez de material sobre o assunto no Brasil, e a falta de registros e relatos sobre pessoas envolvidas nessas iniciativas dentro do país, ainda são obstáculos vividos na busca por informações dessa ferramenta. Esse estudo busca complementar as fontes de pesquisa sobre esses fundos patrimoniais de maneira fácil e acessível, visando auxiliar instituições e profissionais que tenham interesse nessa iniciativa.

Ao longo da tese será feita a exposição de sua estrutura no Brasil, reunindo informações de membros das instituições, profissionais envolvidos em fundos filantrópicos, entrevistas, artigos, teses e outros documentos públicos relacionados ao assunto. A conclusão trabalhará os aspectos que estimulam ou dificultam sua implementação, e potenciais soluções para ampliar a eficiência e difusão de *endowments* brasileiros.

A abordagem partirá do material analisado para orientar a argumentação sobre esse mecanismo de captação de doações e investimentos, adaptada ao cenário local.

Instituições acadêmicas representam um dos principais pilares no desenvolvimento de um país, promovendo pesquisas, estímulos culturais a sociedade, melhor formação dos cidadãos e força trabalhadora, entre outros bens públicos.

As entidades precisam de acessibilidade e estrutura – e, portanto, de recursos -, de modo a aprimorar o desenvolvimento de seus integrantes e, por consequência, ampliar os espaços que esses virão a ocupar futuramente.

Nesse trabalho, visou contribuir meu estudo para facilitar que outras instituições proporcionem o que o acesso à educação me impactou, melhorando minha qualidade de vida e das pessoas ao meu redor.

Thiago Cruz Porto Barreto

2. O QUE SÃO ENDOWMENTS?

Segundo o Art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, que enquadra legalmente os fundos patrimoniais *endowment*:

“Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a constituição de fundos patrimoniais com o objetivo de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e jurídicas privadas para programas, projetos e demais finalidades de interesse público.

Parágrafo único. Os fundos patrimoniais constituídos nos termos desta Lei poderão apoiar instituições relacionadas à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação, à cultura, à saúde, ao meio ambiente, à assistência social, ao desporto, à segurança pública, aos direitos humanos e a demais finalidades de interesse público.” (BRASIL, 2019, p. 1)

Os fundos de *endowment* são fundos de investimento que operam com recursos próprios, originados através de doações e retornos de investimentos, cujos rendimentos atendem a finalidade de complementar na manutenção e desenvolvimento de projetos de uma instituição cultural (BNDES, 2017). “O instrumento garante a previsibilidade e continuidade dos recursos para a instituição cultural, conferindo estabilidade operacional à entidade e permitindo que ela se concentre em sua missão.”, como reforça o BNDES.

O planejamento, voltado à conservação dos propósitos e estrutura da organização de maneira longeva, impõe limites ao acesso do patrimônio doado ao *endowment*. Esse aspecto tende a consolidar sua independência financeira da instituição cultural de origem, protegendo da rápida deterioração de patrimônio do fundo por pendências legais e financeiras (por falhas administrativas) dessa instituição. Além disso, isso corrobora a reestruturação das fontes de recursos da entidade, onde o fundo poderá, com autonomia, focar em melhores oportunidades para o médio e longo prazo, almejando a estabilidade financeira, multiplicação de patrimônio e sustentabilidade da estrutura da organização, promovendo sua missão com estabilidade na longevidade.

Um dos benefícios proporcionados por esse mecanismo é a independência na criação de recursos para seu funcionamento e melhorias, reduzindo parcialmente a subordinação da verba pública (em casos de faculdades públicas), doações e financiamentos para a operacionalização da universidade. Isso precede uma maior

disponibilidade fiscal no local, financeira na empresa, e melhores alternativas para benefícios fiscais/tributários a meios de captação de doações que visem expandir o patrimônio da instituição e sua independência orçamentária no longo prazo. Assim há espaço para a captação via tributação de um maior patrimônio no longo prazo, atrelada ao fim ou diminuição da necessidade de financiamento público (seja para universidades públicas, ou às faculdades privadas que atendam programas públicos, de bolsa, recuperação financeira, isenção fiscal etc.) dessas organizações culturais/educacionais (BNDES, 2017).

A gestão independente de recursos no *endowment* ainda estimula as doações de pessoas e empresas vinculadas à instituição, existindo confiança na gestão de ativos do fundo. A segurança de que instabilidades administrativas, na universidade, por exemplo, não terão acesso direto ao patrimônio do fundo demonstra melhor perspectiva de governança, acesso aos resultados gerados por benefícios fiscais e auditoria independente em sua realocação de recursos. Tais qualificações ampliam a atratividade desses fundos de investimentos filantrópicos, trazendo benefícios fiscais, e a pessoas físicas e jurídicas envolvidas nas instituições.

A qualidade no investimento de seus ativos acelera a construção de patrimônio, em parte já estimulada pela restrição de acesso quase exclusivamente aos rendimentos, e provisão de capital sustentável e concentrado na instituição de ensino que demonstrar melhor sua alocação (melhoria no ensino, pesquisa, estrutura, rentabilidade, afinidade da rede *alumni*, incubadora de *startups* etc.). Inúmeras faculdades no exterior, com destaque ao cenário dos Estados Unidos (reconhecido pelo volume e funcionamento desses fundos filantrópicos), servem de exemplo à acumulação de patrimônios (bilionários em certos casos) através de *endowments*, ao longo de sua história, como pilar da prosperidade e desenvolvimento secular dentro dessas universidades.

ESTRUTURA DE ENDOWMENTS NO BRASIL

3. LEGISLAÇÃO

O ferramental jurídico que regula as práticas desse instrumento é contemplado na Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019 (BRASIL, 2019, p. 1-12). Na lei, há grande destaque a práticas de governança e à independência/externalidade entre as instituições.

Em sequência, serão apontados os aspectos legais (da Lei nº 13.800) identificados como principais em meu estudo. Estarão caracterizados os direitos e deveres desses fundos patrimoniais, das instituições envolvidas em sua gestão e operação, dos doadores, e das pessoas físicas e jurídicas participantes em sua finalidade, direta e/ou indiretamente.

a. PARTES ATIVAS

No Art. 2º, são atribuídas as identidades legais dos agentes associados à gestão dos fundos patrimoniais:

I. Instituição apoiada – Instituição (pública ou privada, sem fins lucrativos), e outras associadas a ela, cujas atividades de interesse público serão beneficiadas pelo fundo patrimonial, através da administração dos recursos doados;

II. Organização gestora de fundo patrimonial – Instituição privada (sem fins lucrativos) destinada à captação de doações e gestão do patrimônio doado (e seus rendimentos) no fundo da instituição apoiada. Pode ser estruturado como associação ou fundação privada;

III. Organização executora – Instituição (sem fins lucrativos) parceira responsável pela alocação dos recursos destinados (pelo fundo patrimonial da instituição apoiada) aos seus programas e projetos voltados ao interesse público. Essa instituição também pode ser uma organização internacional com representação no país;

IV. Fundo patrimonial – Conjunto de ativos privados administrados pela organização gestora no intuito de gerar uma fonte de recursos de longo prazo, com a preservação do principal e realocação dos seus rendimentos;

V. Principal – Somatório da dotação inicial e doações seguintes ao fundo;

VI. Rendimentos – Resultado de investimentos executados com ativos do fundo;

VII. Instrumento de parceria – Acordo entre a organização gestora e a instituição apoiada para a colaboração e definição da finalidade de interesse público almejada;

VIII. Termo de execução de programas, projetos e demais finalidade de interesse público – Acordo entre as organizações envolvidas diretamente no *endowment* (apoiada, gestora e executora, caso haja) para definir as regras de distribuição dos recursos geridos pelo fundo patrimonial destinados a seus fins de interesse público.

No Art. 4º (Capítulo II, Seção I), é delimitado que o fundo patrimonial servirá como fonte de recursos no longo prazo investidos de modo a preservar seu valor e permitir o financiamento regular e estável (visando a perpetuidade) a atividades que atendam ao interesse público, associados a instituição apoiada. Além disso, o artigo reforça a independência financeira, administrativa e legal, na realização de atividades e responsabilidades, entre as instituições diretamente envolvidas (instituição apoiada, gestora e executora).

Em sequência, as responsabilidades, direitos e deveres das organizações gestoras de fundos patrimoniais, atrelados principalmente a medidas de *compliance* e governança interna, estão representados na Seção II do capítulo. Entre as condições dispostas na seção, estão o direito à recomendação de membros dos Conselhos (Administração, Fiscal e Comitê de Investimentos), responsabilidades de transparência contábil e operacional de suas atividades, criação de canais eficientes para denúncia de irregularidades e contratação de auditoria externa, além de procedimentos necessários em caso de transferência, liquidação ou dissolução de patrimônio da gestão, e de mudanças de estatuto, alocação dos recursos, entre outros.

b. CONSELHO ADMINISTRATIVO, CONSELHO FISCAL E COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Obrigações associadas às boas práticas de governança nos Conselhos de fundos patrimoniais – Conselho Administrativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos – aparecem na seção seguinte (Seção III, Capítulo II). Estão configuradas restrições de participação e direito à voto, configuração de membros remunerados e não remunerados e características pré-requisitadas à parte ou à totalidade dos membros dos Conselhos.

Dentre as principais funções atribuídas ao Conselho de Administração, estão o estabelecimento do estatuto social, das normas internas de investimento, administração, resgate e alocação de recursos, seleção/contratação do Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos, e a execução, mudança ou revogação de instrumentos de parceria estabelecidos.

No Conselho Administrativo, em caso de cláusula de exclusividade, o mandato dos membros dura 2 anos, quando avalia a manutenção ou renovação de seus integrantes. Nessa configuração, é necessário que pelo menos 2 membros com direito a participar/votar não tenham ligação direta ou indireta (via parentes, cônjuges etc.) com membros da instituição apoiada ou organização executora, cargos recentes (últimos 3 anos) nessas instituições, ou tenham cargos administrativos em empresas que demandem produtos e serviços da organização apoiada e executora. A instituição apoiada também tem direito a indicar um membro com direito à voto, e doadores, cujo montante doado ultrapasse 10% dos recursos do fundo, e seus representantes têm direito a participação no Conselho, sem direito à voto.

O Conselho Fiscal, composto por 3 membros indicados pelo Conselho Administrativo, é responsável pela fiscalização das atividades de gestão de ativos no fundo a partir das normas internas definidas pelo Conselho Administrativo e por uma auditoria anual das contas da gestora do fundo patrimonial. Os candidatos selecionados devem atender a um padrão histórico de idoneidade em suas carreiras e terem formação em economia, contabilidade, ciências atuariais ou administração. Além disso, a fundos patrimoniais com mais de 5 milhões de reais sob gestão, os membros desse Conselho não podem ter participado do Conselho de Administração nos últimos 3 anos.

O Comitê de Investimentos é obrigatório apenas a fundos patrimoniais com mais de 5 milhões de reais sob gestão. Seu dever é indicar as regras de investimento, resgate e alocação à administração, realizando um relatório anualmente sobre as práticas previamente apontadas, organizar e supervisionar a gestão de recursos do fundo, a partir da política de investimentos definida pelo Conselho Administrativo.

Sua composição é constituída com 3 a 5 membros, também selecionados pelo Conselho Administrativo. Os candidatos devem manter alto padrão de idoneidade (como no Conselho Fiscal) e reconhecimento em seu histórico profissional, além de terem, preferencialmente, formação acadêmica em economia, administração, contabilidades ou

ciências atuariais, e experiência no mercado financeiro e de capitais, registrados na CVM de acordo com a atividade que forem exercer no fundo.

A remuneração de membros dos Conselhos é feita pela organização gestora, levando em conta os rendimentos do fundo, com base no benchmark estipulado no estatuto e suas normas de investimento. Caso haja instrumento de parceria com cláusula de exclusividade, a remuneração dos membros dos órgãos tem seu limite no valor ao qual o dirigente máximo da instituição pública apoiada é remunerado.

Os membros dos Conselhos só podem ser responsabilizados na esfera civil, por suas ações nos cargos, caso violem a lei ou o estatuto, ou haja com dolo ou erros graves de execução das suas funções.

c. RECEITAS E MODALIDADES DE DOAÇÃO

As receitas de *endowments* são configuradas por inúmeras formas de doação e rendimentos provenientes da alocação dos recursos doados. Assim, estão enquadrados os aportes iniciais, doações financeiras de bens móveis e imóveis, patrocínios, a venda de bens com a marca da instituição apoiada, ganhos com propriedade intelectual provenientes de pesquisa com investimentos do fundo patrimonial, rendimentos de investimentos com os ativos sob gestão, remuneração de publicações e prêmios de pesquisa investidos pelo *endowment*, locação de bens, entre outros.

Os recursos doados podem estar associados a especificações condicionadas no momento da doação, demandando alocação focada em projeto ou área específica, condições de uso, e encargos envolvidos, por exemplo. Os indivíduos ou instituições doadoras podem requisitar moção de agradecimento ou menção nominal honrosa nos projetos aos quais os recursos serão destinados. A aceitação por parte da instituição apoiada só deve ocorrer caso consiga arcar com as obrigações tributárias e não tributárias do bem doado, ou caso haja comprometimento e comprovação da capacidade do doador de arcar com essas obrigações do bem doado, após sua doação. A origem dos recursos doados deve ser lícita, segundo responsabilidade e declaração do doador no ato.

As doações transferem, do doador à instituição apoiada, os benefícios de remunerações provenientes dos bens doados. É desligada qualquer obrigação de

remuneração/redistribuição de rendimentos ou retribuição associada a gestão do bem doado ao doador.

Existem 3 modalidades de doação:

- Doação permanente não restrita – é um recurso cujo principal passa a integrar o patrimônio permanente do fundo (não há resgate), sem que haja restrição, definida no momento da doação, de projeto, área ou condições específicas para sua alocação.
- Doação permanente restrita de propósito específico – o recurso passa a integrar o patrimônio permanente do fundo (não há resgate), porém sob condições de alocação estipuladas no momento da doação.
- Doação de propósito específico – recurso voltado a um projeto/condição previamente definido, que não pode ser utilizado de imediato, integrando o patrimônio permanente do fundo, porém podendo ser resgatado pela organização gestora para atender os termos e condições pré-estabelecidos no momento da doação.

Para doações com propósito específico, caso haja recursos remanescentes do projeto originário da doação, esse “saldo” deve ser realocado para projetos de mesma finalidade às condições estabelecidas no momento da doação. Se o propósito específico da doação deixar de existir, esses recursos passam a integrar o patrimônio permanente do fundo com característica não restrita.

A organização gestora do fundo patrimonial deve destinar à projetos apenas os recursos provenientes de rendimentos do principal, visando a manutenção e não utilização do principal, em teoria. Em casos excepcionais, é possível que haja flexibilização dessa premissa, caso seja acordado entre os membros do Conselho de Administração, com reconhecimento favorável do Comitê de Investimentos sobre o planejamento de recuperação da parcela do principal a ser utilizada.

d. GESTÃO DE ATIVOS

A formalização do instrumento de parceria e termo de execução de projetos, programas e demais finalidades de interesse público, rege a cooperação entre a organização gestora e a instituição apoiada. São definidas as condições para a distribuição

dos recursos voltados à execução de programas de interesse público, atrelados à instituição apoiada.

A cada alocação de recursos, provenientes da gestão do fundo, em projetos, atividades ou programas voltados ao interesse público (vinculado a instituição apoiada) será necessário realizar um termo de execução. Estará delimitada nesse mecanismo a finalidade da alocação, seu planejamento financeiro, padronização do seu registro contábil, como avaliar a eficiência da sua execução e as responsabilidades das organizações envolvidas (gestora, apoiada e executora).

Apenas em casos excepcionais é autorizada a destinação de recursos do fundo para despesas correntes da instituição apoiada, salvo obras, bolsas de estudo, programas de capacitação, entre outros.

Em casos de descumprimento do termo de execução e/ou quebra do instrumento de parceria, são criados mecanismos para viabilização da transição dos recursos e gestão à uma nova instituição, e possibilitando a devolução dos bens doados a doadores com encargos especificados previamente. Durante esse processo, ficam suspensas temporariamente as destinações de verba a novos projetos de interesse público administradas pelas instituições envolvidas na transição, até que essa seja concluída. Nesse período, é aceita apenas a captação de novas doações.

4. “PILARES”

Serão abordados aspectos considerados fundamentais para a formação dos *endowments* no Brasil, e destacados na pesquisa como cruciais para a prosperidade e execução das suas iniciativas.

a. GOVERNANÇA/TRANSPARÊNCIA

O comportamento administrativo do corpo profissional que constitui o fundo patrimonial, além de ser demandado por grande qualificação, deve ser monitorado e avaliado constantemente durante a execução de suas atividades. A demonstração de informações sobre a gestão está diretamente associada a capacidade de atração e captação de investimentos. As operações do fundo de investimento, os critérios de avaliação, perfil de suas alocações, o padrão de seleção de seus projetos e o histórico profissional “impecável” (por qualidade e retrospecto legal “limpo”) costumam ser aproveitados na divulgação do fundo, reforçando suas características positivas.

A transparência das informações é um aspecto da governança que aumenta a segurança dos seus doadores. A satisfação e motivação tendem a aumentar com a maior facilidade de acesso aos dados da gestão. Frente as preocupações históricas do país com esquemas de corrupção, por exemplo, e a baixa propagação de informações sobre esse mecanismo de investimentos, práticas que aumentem a clareza sobre o lado operacional e de investimentos do fundo estimulam o reconhecimento de sua seriedade e solidez. O crescimento da credibilidade dos fundos impacta positivamente sua imagem e atividades na sociedade.

b. IDENTIFICAÇÃO

A identificação da maioria dos integrantes do *endowment* com a instituição apoiada é de extrema relevância, principalmente nas etapas iniciais. Complexidades legais em seu estabelecimento e recursos escassos na criação desses fundos patrimoniais, costumam limitar a possibilidade de remuneração aos envolvidos nesse começo.

A presença de profissionais altamente qualificados influencia o tempo necessário e “sucesso” na fundação dessas instituições, e costuma ser um “fator comum” entre as

entidades existentes atualmente no país. Esse fato ocorre, na maioria das vezes, pela disponibilidade com trabalho voluntário de ex-alunos (muitos já profissionais com histórico reconhecido no mercado), que assumem cargos e trabalhos no fundo para viabilizar sua criação e crescimento. Mesmo sem receber pagamento (financeiro) pelos seus serviços prestados (que na maioria dos casos, seriam cobranças descabidas no orçamento inicial da organização), a noção de retribuição à “entidade formadora” motiva esses profissionais.

O engajamento e voluntariado da equipe fundadora inicia parte da cultura a ser estabelecida dentro do fundo patrimonial. Além de dar o “ponto de partida”, a seleção das equipes subsequentes, e o aprimoramento que elas irão agregar ao fundo, tende a ter como referência os valores de gestão que lhe deram origem. Essa dedicação serve como parte do “chamariz” inicial em suas atividades e operações, buscando atrair recursos e talentos em prol do “bem público” beneficiado. A intenção de perpetuar o propósito e práticas da instituição apoiada, movida por diversas formas de doação de seus integrantes e doadores, impulsiona sua perspectiva de captação.

Reconhecer e investir na identificação, por parte dos alunos, ex-alunos, professores e outros funcionários (atuais ou prévios), entre outros agentes da sociedade, fortalece o alcance, relevância e comunicação das boas práticas geradas ou impactadas pela universidade apoiada. Aumentando sua importância e “marca” nos indivíduos envolvidos ou “conhecedores” da entidade e suas ações, o apelo para sua manutenção e desenvolvimento cresce, facilitando a incorporação de recursos associados a ela. Essa característica é determinante no sucesso dos fundos patrimoniais, desde a viabilidade de sua fundação até o seu crescimento e alcance das suas metas, aumentando a autonomia da faculdade beneficiada para eternizar suas atividades e valores, com qualidade e maior alcance.

c. **APOIO INTERNO**

Ao criar um fundo patrimonial, a receptividade da instituição apoiada, com seu corpo docente, funcionários e alunos, tem grande impacto em sua realização. A abertura de informações e apoio por parte da reitoria, inicialmente, dinamiza a institucionalização do *endowment* e o alinhamento de sua fundação com os propósitos e valores da organização beneficiada. A assistência da diretoria administrativa e acadêmica da

faculdade potencializa as trocas de projetos, manutenção de valores entre as entidades e difusão desse recurso no dia a dia e identidade da universidade.

O reconhecimento da importância e potencial dessa ferramenta por parte dos professores, complementa o potencial de assistência técnica qualificada a atividades e projetos associados ao fundo de investimentos. Seu apoio e valor dados à iniciativa, representam um estímulo a identificação dos alunos com *endowment*, suas causas e benefícios à instituição da qual fazem parte.

A participação (por voluntariado, por exemplo) e interesse de alunos no fundo patrimonial, seus mecanismos de financiamento de projetos, ações de gestão e investimentos, eventos, entre outros, trazem maior afinidade e sentimento de integração dos estudantes com a universidade. A identificação nesse estágio, fortalece o interesse de “retribuição” futura, que poderá ser associado às variadas formas de doação que sustentam o fundo da instituição.

Além disso, *endowments* também conseguem obter recursos através da venda de produtos com a marca própria e da instituição apoiada, além de uma parcela de prêmios de pesquisa de equipes financiadas por seus programas, patentes originadas das mesmas, entre outros. Logo, a força de sua marca também intensifica as vendas de produtos relacionados, o prestígio e remuneração dos bens ligados a ela.

Como conclusão, o suporte e afinidade dos variados integrantes da instituição apoiada (universidade) com o fundo patrimonial e sua gestão, é determinante na eficiência e impacto de sua captação e alocação de recursos. Quanto “melhor” for essa relação entre os agentes da associação beneficiada e a organização gestora, mais evidente é o interesse e esforços desses grupos na perpetuação da universidade, seus valores e qualidade do ensino.

5. DESAFIOS

Atualmente, alguns pontos foram identificados como principais “obstáculos” ou metas a serem superadas, no país, pelos *endowments*. Esses fatores estão ligados a questões culturais, legais, heranças históricas, entre outros, que aparentam interferir no desenvolvimento e maturidade dos fundos patrimoniais no Brasil. Em certos casos, experiências, nacionais ou internacionais, serão utilizadas para comparação e/ou sugestões para amenizar essas barreiras.

a. DOAÇÃO

As doações são o mecanismo central dos *endowments* para aproximação da sua finalidade, ou seja, a obtenção de uma fonte de recursos mais sólida, constante e longa, disponível a uma instituição específica, viabilizando a permanência, qualidade e prosperidade de seus pilares. Os desafios para consegui-las passam pela informação do seu propósito, o pedido, a cultura local, os incentivos para a contribuição e a confiança na “boa utilização” dos recursos doados.

i. PROPÓSITO

A comunicação do propósito está enraizada na missão do fundo de investimentos, e na identificação de forma concisa dos valores centrais que estarão associados a instituição gestora, e como eles dialogam com a organização apoiada. Ao construir essa “história” que atende à apresentação do fundo e sua motivação, sua credibilidade é fortalecida pelas iniciativas de governança e transparência na rotina e execução de suas operações. Esses “hábitos”, na administração do fundo, aumentam a confiabilidade na capacidade da instituição e na sua alocação dos recursos disponíveis.

ii. COMUNICAÇÃO

No Brasil, ainda são pouco recorrentes as práticas de “reconexão” e retribuição, via doação, intenção de lecionar, mentoria etc., de ex-alunos com suas instituições de ensino. Com frequência, ao sair da graduação no ensino superior, os ex-alunos se afastam dessas instituições formadoras, e seguem sua carreira e experiência profissional e

acadêmica em outras instituições no país e/ou no exterior. Essa desconexão e a não alimentação de canais de contato com a rede *alumni* são barreiras a serem quebradas pelos *endowments* “pioreiros” (como ainda é um processo “em desenvolvimento” no Brasil), pois enfraquecem sua ligação e acesso a principal fonte de recursos de suas iniciativas.

A capacidade de “pedir” essas transferências é desenvolvida para aumentar a eficiência e abrangência da captação. O domínio dessas interações aprimora a “convocação” desses recursos e seus provedores, de modo a financiar a finalidade do fundo (perpetuar a instituição apoiada). Entretanto, essa “qualidade” ainda é “tímida” no país.

A comunicação de informações, de maneira objetiva e interessante por parte dos responsáveis em captação, ainda está sendo aperfeiçoada. Sua meta é divulgar os propósitos da instituição e “fidelizar” os consumidores desses dados, para gerar impulsos maiores de participação e doação à entidade. As dificuldades presentes nessa atividade dos fundos patrimoniais brasileiros, está espelhada na proporção do patrimônio gerido (comparada aos recursos demandados pelo apoiado, e *endowments* no exterior) e estágio ainda “embrionário” da implementação dessa cultura no Brasil.

Entre as práticas que visam impulsionar o desenvolvimento desse aspecto, a promoção de eventos, redes de *networking*, projeções de projetos, programas de “reconhecimento” das doações, entre outros, costumam fazer parte de *road shows* e apresentações do fundo patrimonial para atrair mais investidores. O contato direto com ex-alunos, profissionais bem-sucedidos e empresas ligadas à instituição é uma “arte” que deve ser dominada pelos gestores e executores do patrimônio. Esse relacionamento permite angariar fundos e recursos de maneira perene, estimulando o hábito e recorrência de doações para sua administração.

iii. CULTURA

Questões estruturais, sobre a cultura de doação e o conhecimento do potencial de *endowments* no país, também interferem diretamente na dinâmica de suas atividades e no peso que esses mecanismos terão, em escala micro (dentro das universidades) e macro (como parte da verba destinada às faculdades no Brasil), nacionalmente. Atualmente, existem poucos fundos com essa característica no cenário interno, e sua participação nas

despesas e projetos pertencentes às instituições que apoiam ainda é baixa. Esse fato ainda implica no desconhecimento, por maior parte da população, dessa alternativa de investimentos, o que também “reprime a normalização” das doações a essas organizações.

Além disso, o problema estrutural da corrupção em inúmeras organizações do país, e muito associada a órgãos públicos, ainda gera desconfiança por parte de “detentores de recursos”. A descredibilidade atrelada aos inúmeros casos de desvios e má gestão de verba em projetos públicos e privados pelo Brasil, aumenta os receios de má utilização dos recursos doados, e usufruto dos recursos para benefício dos gestores e executores envolvidos. Desassociar essa imagem recorrente de acumulações de capital que financiam projetos nacionais é uma tarefa complexa. Parte dos esforços, nesse sentido, estão associados aos fortes pilares de governança na Lei nº 13.800, que rege os *endowments* no país, às práticas de transparência na gestão e à conscientização, inicialmente do ambiente universitário e mercado de trabalho (formado por muitos “ex-alunos”), sobre essa ferramenta, seu potencial e seus mecanismos de segurança/confiança para assegurar (ou aproximar) esses fundos de atingirem sua finalidade original.

iv. ESTÍMULOS INTERNOS

Para reforçar os canais de doação, estímulos a esse ato são peças-chave em sua expansão na nossa cultura. Fomentar a ideia de retribuição e facilidade no processo, instiga a ação de potenciais doadores. Seus incentivos podem ser financeiros, tributários, sociais, profissionais, intelectuais, entre outros. Assim, a filantropia passa a despertar um apelo de caráter não só social, como também externaliza parte dos benefícios que podem ser “retornados” ao doador nesse ato solidário.

Vale sinalizar que os recursos doados podem ter origem variada, como imóveis, quantias financeiras, tempo de trabalho não remunerado, entre outros. Já os meios de “retribuir valor” às doações feitas são diversos. Por enquanto, o foco estará nas iniciativas por parte da instituição apoiada e *endowment*, que possam contribuir nessa tarefa. A maioria das sugestões parte de experiências bem-sucedidas no exterior.

Principalmente em universidades americanas, é possível perceber a “presença” dos doadores (sejam pessoas físicas, famílias ou empresas, por exemplo) nas construções e ambientes de seu campus. Salas e departamentos inteiros com nomes atribuídos a

doadores honorários, classificações abertas que enumeram grandes doadores, placas informativas sobre as personalidades e organizações que ajudaram na fundação e financiamento de seus espaços, entre outros. A expressão dessas ações serve para demarcar a participação dos doadores na instituição, também intensificando o sentimento de pertencimento na figura e história da organização apoiada.

O bom uso do *networking* também é um instrumento muito utilizado para a atração de potenciais investidores/doadores aos seus eventos e projetos. Partindo da relevância da rede *alumni*, importância acadêmica da instituição, elo profissional da instituição (e seus alunos e ex-alunos) com o mercado e suas empresas, infraestrutura dos eventos, abordagem de temas atuais, entre outros fatores, o fundo consegue ter maior atenção pública e influência na sociedade. Como um recurso bem explorado, o interesse em participar da “comunidade” criada, que está diretamente associada à universidade beneficiada, cresce. Ao vincular as doações à uma “porta de entrada” a esse ambiente, quanto maior for o “prestígio” de integrar esses “grupos seletos”, também se expande a perspectiva de captação de recursos.

v. COMPARAÇÕES

Para dimensionar parte do potencial dessas instituições, e sua relevância na participação de despesas e desenvolvimento de organizações de ensino superior, foram compilados alguns dados. No exterior, muitas universidades de grande, médio e pequeno porte tem em seus *endowments* uma fonte de recursos perene, confiável e acumulada durante gerações. A representatividade dessa “construção” – do fundo, mecanismos de doação, fortalecimento da imagem da universidade, *networking*, apoio a projetos, aperfeiçoamento da gestão – na previsibilidade de receitas e orçamento das faculdades apoiadas, exponencia sua capacidade de planejamento, desenvolvimento e independência financeira.

Para efeito comparativo, serão demonstrados os patrimônios de fundos com essa característica, tanto brasileiras quanto estrangeiras. É importante destacar que nesse patrimônio, podem estar considerados não só os valores de ativos sob gestão, como também compromissos firmados de doação, entre a instituição apoiada e uma entidade doadora. A análise visa ressaltar a dimensão que esse recurso representa no exterior (com destaque à Inglaterra, França e Estados Unidos principalmente) e o que podemos almejar

através dele, mesmo que ainda tenhamos “muitos passos a dar” como país, para nos aproximarmos dessa realidade de fundos patrimoniais.

No momento, a baixa expressão desses fundos em nossa economia é perceptível ao comparar seus patrimônios com os principais fundos patrimoniais em países cuja prática está mais difundida. Além disso, o número de fundos patrimoniais de universidades no Brasil ainda é bem reduzido, se tomarmos como referência países no exterior com maior integração, estrutura e histórico nesse campo.

Dentre os exemplos de fundos patrimoniais nacionais, tanto gerais (de toda a universidade) quanto de departamentos específicos, estão:

- **AAA PUC-RIO**

- Instituição Apoiada: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
- Patrimônio: Aproximadamente R\$ 10 milhões (informação verbal)¹
- Ano de fundação do *endowment*: 2019 (FABIANI e WOLFFENBÜTTEL, 2022, p. 96)

- **AMIGOS DA POLI**

- Instituição Apoiada: Universidade de São Paulo (Escola Politécnica)
- Patrimônio: R\$ 39 milhões (FABIANI e WOLFFENBÜTTEL, 2022, p. 110)
- Ano de fundação do *endowment*: 2012

- **CONECTA EAUFBA**

- Instituição Apoiada: Universidade Federal da Bahia (Escola de Administração)
- Patrimônio: R\$ 100 mil (FABIANI e WOLFFENBÜTTEL, 2022, p. 90)
- Ano de fundação do *endowment*: 2021

¹ Informação fornecida por Carlos Augusto Junqueira e Edna Hargreaves, em entrevista concedida à Thiago C. P. Barreto, via Zoom, no Rio de Janeiro, em junho de 2022.

- **DIREITO GV**
 - Instituição Apoiada: Fundação Getúlio Vargas (Escola de Direito)
 - Patrimônio: R\$ 3,5 milhões (FABIANI e WOLFFENBÜTTEL, 2022, p. 92)
 - Ano de fundação do *endowment*: 2012

- **INSTITUTO REDITUS**
 - Instituição Apoiada: Universidade Federal do Rio de Janeiro
 - Patrimônio: R\$ 10 milhões (REDITUS, 2021)
 - Ano de fundação do *endowment*: 2018

- **SEMPRE FEA**
 - Instituição Apoiada: Universidade de São Paulo (Faculdade de Economia e Administração)
 - Patrimônio: R\$ 6,63 milhões (FABIANI e WOLFFENBÜTTEL, 2022, p. 97)
 - Ano de fundação do *endowment*: 2020

Levando em consideração que no primeiro semestre de 2022, o dólar flutuou entre 5,71 e 4,58 aproximadamente (USD/BRL, 2022), os fundos patrimoniais destacados no exterior, com dados de 2019 (FABIANI e WOLFFENBÜTTEL, 2022, p. 18), beneficiam as seguintes universidades:

- **CAMBRIDGE UNIVERSITY**
 - Patrimônio sob gestão: US\$ 9,4 bilhões
 - País de origem: Reino Unido
 - Ano de fundação da universidade: 1209

- **HARVARD UNIVERSITY**
 - Patrimônio sob gestão: US\$ 40,58 bilhões
 - País de origem: Estados Unidos da América
 - Ano de fundação da universidade: 1636

- **KING ABDULLAH UNIVERSITY**
 - Patrimônio sob gestão: US\$ 20 bilhões
 - País de origem: Arábia Saudita
 - Ano de fundação da universidade: 2009

- **MIT – MASSACHUSSETS INSTITUTE OF TECNOLOGY**
 - Patrimônio sob gestão: US\$ 18,38 bilhões
 - País de origem: Estados Unidos da América
 - Ano de fundação da universidade: 1865

- **OXFORD UNIVERSITY**
 - Patrimônio sob gestão: US\$ 8,69 bilhões
 - País de origem: Reino Unido
 - Ano de fundação da universidade: 1096

- **YALE UNIVERSITY**
 - Patrimônio sob gestão: US\$ 31,2 bilhões
 - País de origem: Estados Unidos da América
 - Ano de fundação da universidade: 1701

A partir dos dados observados, conseguimos perceber a diferença entre a maturidade da maioria das instituições com grandes patrimônios geridos por seus fundos, e a realidade das universidades brasileiras com fundos patrimoniais mais recentes e históricos mais curtos. Salva a exceção da universidade saudita (que recebeu um grande aporte de seu fundador), quase a totalidade dos 20 maiores fundos patrimoniais do mundo estão associados a instituições centenárias, em países cuja cultura do *endowment* já está mais “enraizada” na sociedade.

Figura I – Maiores fundos patrimoniais de universidades em 2019 – IDIS

MAIORES FUNDOS PATRIMONIAIS DE UNIVERSIDADES EM 2019				
POSIÇÃO	INSTITUIÇÃO	RECURSOS (US\$ bi)	PAÍS	ANO FUNDAÇÃO
1	Harvard University	40,58	EUA	1636
2	Yale University	31,20	EUA	1701
3	University of Texas	30,96	EUA	1883
4	Stanford University	28,90	EUA	1885
5	Princeton University	26,56	EUA	1746
6	University of Pennsylvania	20,50	EUA	1751
7	King Abdullah University*	20,00	Arábia Saudita	2009
8	MIT - Massachusetts Institute of Technology	18,38	EUA	1865
9	Texas A&M University	13,59	EUA	1948
10	University of Michigan	12,48	EUA	1817
11	University of California	12,14	EUA	1868
12	University of Notre Dame	11,96	EUA	1842
13	Columbia University	11,26	EUA	1754
14	Northwestern University	10,93	EUA	1851
15	University of Cambridge**	9,40	Reino Unido	1209
16	University of Oxford**	8,69	Reino Unido	1096
17	Duke University	8,47	EUA	1838
18	Washington University in St. Louis	8,42	EUA	1853
19	University of Chicago	8,20	EUA	1890
20	Emory University	7,94	EUA	1836

(*) Dado de 2013

(**) Taxa de conversão de libras esterlinas para dólares americanos

1£ = US\$ 1,3662 - 31/12/2020 1£ = US\$ 1,3213 - 31/12/2019

Fontes: EUA - National Association of College and University Business Officers and TIAA/Reports and Financial Statement 2019, University of Cambridge/Finance and Funding. University of Oxford/Al-Naimi, Ali (2016). Out of the Desert. Great Britain: Portfolio Penguin.

Fonte: FABIANI e WOLFFENBÜTTEL (2022, p. 18)

b. BUROCRACIA

A configuração das leis brasileiras frequentemente apresenta dificuldades e pouco dinamismo na criação de novas empresas. Com as complexidades atribuídas a criação de fundos patrimoniais, processo que pode demorar mais de ano, a qualidade da assistência e amparo legal prestados aos fundadores estarão diretamente ligados ao tempo de execução e iniciação dos seus projetos.

Em muitos casos, principalmente quando o porte do fundo de investimentos e menor (inicialmente, por exemplo), o respaldo legal de alta qualificação costuma ser fornecido por serviços voluntários de advogados ligados/formados na instituição apoiada. Ou seja, as barreiras para iniciar esse tipo de organização acabam por reduzir o número

de implementações dessas alternativas. Ao limitarem boa parte de seu sucesso à disponibilidade de profissionais especialistas de alta qualificação para resolverem os tramites envolvidos, seja por trabalho voluntário ou gasto de recursos expressivo para remunerá-los, há um menor alcance dessa ferramenta, por existir um número reduzido de instituições com acesso a esses recursos.

Além das complexidades e “longevidade” do processo burocrático, a estrutura tributária no país não estimula as doações, e por consequência, iniciativas como essas. Um exemplo, é a tributação dos rendimentos de organizações gestoras, que vai na contramão de países estrangeiros com fundos patrimoniais fortes. Além disso, outras complicações no processo de doação e transferência de ativos, enfraquecem os estímulos ao crescimento de doações nessas áreas. Considerando causas pouco conhecidas, como fundos patrimoniais, o apelo para se expor a “dores de cabeça” se torna ainda menor, devido às possíveis dificuldades e/ou prejuízos nesses atos de filantropia.

c. APOIO INTERNO

Principalmente entre instituições públicas, o suporte à criação de *endowments* pode apresentar maior resistência interna. O convencimento das partes da comunidade acadêmica (professores, reitoria, alunos etc.) que se pretende apoiar passa pela autonomia da instituição, influência privada e disposição de verbas, principalmente.

i. AUTONOMIA

Como primeiro aspecto, demonstrar a independência administrativa da instituição apoiada com a organização gestora costuma ser uma demanda, frente a desconfiança do nível de interferência e influência do fundo (detentor de recursos) dentro das decisões da universidade. Além disso, a autonomia financeira da instituição gestora, não sendo interferida por dívidas e problemas de gestão de recursos na universidade apoiada, promove maior liberdade na alocação de investimentos e projetos. O esclarecimento desse fator é relevante para a percepção de que os valores doados (principal) não podem ser liquidados de uma vez para sanar dificuldades momentâneas da instituição. Dessa maneira, fica mais bem delimitada a capacidade de atuação do fundo e seus recursos

dentro da universidade, com uma perspectiva de investimento mais voltada a posterioridade e permanência da organização.

ii. INFLUÊNCIA PRIVADA

Os recursos que virão a ser disponibilizados à faculdade, através dos rendimentos de investimentos do fundo patrimonial, dão suporte a estrutura orçamentária da instituição apoiada, mas não dão à instituição gestora o controle administrativo sobre suas atividades. Além disso, a proximidade com o setor privado (através dos investimentos, funcionários da iniciativa privada em cargos internos, captação de recursos com profissionais e empresas do mercado) pode servir como recurso para o aprofundamento prático dentro da academia e aumentar sua integração com o mercado de trabalho. As perspectivas de *networking*, financiamento e capacitação técnica dentro dessa troca devem ser aproveitadas e exploradas por seu potencial positivo a instituição apoiada e seus integrantes.

iii. DISPOSIÇÃO DE VERBAS

Entre os principais motivos de desconfiança por parte do corpo acadêmico, principalmente em instituições públicas, sobre a implantação de fundos patrimoniais nas organizações em que trabalham está vinculada as restrições de verbas. Nos últimos anos, com os cortes de verbas voltados às faculdades públicas, a preocupação de que esse artifício seja utilizado de pretexto para uma maior redução dos recursos fornecidos aumenta. Entretanto, seu potencial de auxílio nas despesas gerais da faculdade, principalmente nas fases iniciais e com pouco patrimônio acumulado sob gestão, é muito baixo. Logo, a menos que haja aumento substancial no patrimônio administrado, utilizar esses fundos, em estágios iniciais, como reposição aos recursos públicos distribuídos, é irracional e injustificável.

Por fim, a finalidade do *endowment* é proporcionar uma estrutura cada vez mais sustentável e recorrente na provisão de recursos à instituição apoiada. Isso aumenta sua independência financeira, para financiar suas atividades de forma mais autônoma, e converge com a possibilidade de perpetuação da instituição e seus valores, que é a finalidade dos fundos patrimoniais. Entretanto, até que se alcance um nível de captação

expressivo o suficiente para reduzir de forma drástica a necessidade de verbas externas (financiamento público, cobrança de matrículas e serviços etc.), existe um longo caminho a ser percorrido e inúmeras questões a serem melhoradas na instituição e em escala nacional, para que permita e instigue sua expansão de maneira saudável, mais dinâmica e eficiente possível.

6. CONCLUSÃO

Nos últimos anos, o Brasil vem aumentando sua demanda interna, estrutura e estímulos à meios alternativos de captação de recursos, frente a sua integração global (expandindo o horizonte de possibilidades, com conhecimento de experiências e trocas externas), crescimento de suas instituições e aumento da qualificação requisitada na formação profissional e acadêmica.

A difusão de fundos *endowment*, inicialmente com maior concentração entre as maiores e principais instituições do país (mais presentes em grandes centros urbanos), está gerando o crescimento do número de universidades adotando esse mecanismo. Apesar de ainda serem necessários inúmeros avanços para que sua eficiência e utilização sejam mais abrangentes na maior parte do país e representativas na autonomia de suas instituições apoiadas, os passos dados até o momento trazem esperanças de melhorias futuras.

A qualidade e estrutura do ensino em um país, com importante destaque as instituições de ensino superior, é um forte aliado e indicador do desenvolvimento interno. Dessa maneira, iniciativas que aumentem a expectativa de independência, expansão de verbas e infraestrutura disponíveis e impacto social de universidades dentro do Brasil devem ser estimuladas e fortalecidas.

O potencial dos fundos patrimoniais já vem sendo reconhecido em outras economias, sua adaptação e crescimento ao cenário brasileiro é muito coerente, e traz boas expectativas em sua implementação e desenvolvimento.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. LEI Nº 13.800, 4 DE JANEIRO DE 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13800.htm. Acesso em: 24 nov. 2021.

ENDOWMENTS. BNDES, 2017. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/cultura-e-economia-criativa/patrimonio-cultural-brasileiro/Endowments> . Acesso em: 15 set. 2021.

EDUCATION, American Student Council on. *Understanding College and University Endowments*. Washington, DC: American Council on Education, 2021.

FABIANI, Paula Jancso; WOLFFENBÜTTEL, Andréa. *Panorama dos fundos patrimoniais no Brasil*. 1ª Edição. São Paulo: IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, 2022.

USD/BRL - Dólar Americano Real Brasileiro. **Investing.com**, 2022. Disponível em: <https://br.investing.com/currencies/usd-brl>. Acesso em: 01 jul. 2022.

MENDES, Rodrigo Hübner. *Estudo mapeia ‘endowments’ no Brasil*. ECOA UOL, 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/rodrigo-mendes/2022/04/08/estudo-mapeia-endowments-no-brasil.htm#:~:text=O%20fundo%20patrimonial%20%E2%80%94%20ou%20endowment,a%20institui%C3%A7%C3%B5es%20sem%20fins%20lucrativos>. Acesso em: 2 mai. 2022.

PASQUALIN, Priscila; FABIANI, Paula; FUKAYAMA, Marcel. *Posicionamento da Receita Federal traz desestímulo para fundos patrimoniais*. CONJUR, 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-out-20/opiniao-posicionamento-receita-desestimula-fundos-patrimoniais>. Acesso em: 28 jun. 2022.

REDITUS, Instituto. *Relatório de Transparência Anual 2021*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Instituto Reditus, 2021.

SCHÜLER, Fernando Luís. *Gestão Cultural: O desafio da sustentabilidade e a alternativa dos fundos de Endowment*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2012.

SPALDING, Erika. *Os Fundos Patrimoniais Endowment no Brasil*. São Paulo: Dissertação (mestrado) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2016.

SCHIMIDT, João Guilherme Araujo; ALVES, Lucilio Rogerio Aparecido. *Endowments e seu potencial para impulsionar a pesquisa científica nacional*. CORECON-PR, Curitiba, set. 2015. Disponível em: <http://www.coreconpr.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/endowment.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.